

Currículo: uma questão de sexo e sexualidade?

Rafael Rangel Goulart¹

Resumo

O presente artigo tem como objetivo demonstrar como o currículo tem sido usado para normatizar o comportamento dos indivíduos nas diversas modificações das bases curriculares. Para tal fim, será utilizada a obra Documentos de Identidade: Uma introdução às teorias do currículo, de Tomaz Tadeu da Silva, além das obras de autores, como Deborah Britzman, Judith Butler, Peter Fry, entre outros, a fim de identificar como o tema sexo e sexualidade foi abordado nas propostas curriculares. A partir desta análise, proponho que se dedique mais atenção a teoria *queer*, com a finalidade de se problematizar os possíveis diálogos entre educação e sexualidade na contemporaneidade.

Palavras-chave: Currículo. Gênero. Sexo. Sexualidade. Teoria queer.

Ao classificar os sujeitos, toda a sociedade estabelece divisões e atribui rótulos que pretendem fixar as identidades. Ela define, separa e, de formas sutis ou violentas, também distingue e discrimina. (LOURO, 2000, p.18)

Os preconceitos, entendidos tanto como ideias preconcebidas quanto intolerância a grupos étnicos, religiosos, sexuais ou minoritários, e estereótipos, que são ideias, modelos ou conceitos estabelecidos como padrão universal para determinados grupos, estão enraizados, implicitamente e explicitamente, na sociedade brasileira, de forma que se encontram presentes em diversas instituições – sejam elas de caráter político, social ou cultural. Nesse sentido, a pergunta que apresento faz referência a uma das instituições de maior relevância para nossa sociedade: a escola; considerando-a lugar

¹ Estudante de Graduação em História pelo UNICEUB

privilegiado para a propagação ou combate às visões estereotipadas. Será que nossas escolas quebram ou perpetuam estes pré-conceitos?

Uma avaliação das principais mudanças nas teorias do currículo, seu desenvolvimento, seus paradigmas e suas respectivas crises, é fundamental para podermos compreender as questões relativas à sexualidade, ao gênero e ao sexo nos currículos. O entendimento das relações de poder existentes em um currículo, considerando-o como espaço em que se transmitem discursos dominantes, demonstra uma clara segregação do “outro”. Mesmo assim, as questões relativas à sexualidade ainda são pouco discutidas dentro das instituições escolares, assim como são as construções identitárias da sexualidade e do gênero.

Um aspecto fundamental para qualquer teoria do currículo é a de saber qual conhecimento deve ser ensinado. Para solucionar essa problemática, as diferentes teorias abordam questões sobre a natureza humana, sobre a natureza da aprendizagem, sobre a natureza do conhecimento, da cultura e da sociedade, e é justamente na ênfase dada a alguns desses aspectos que as teorias do currículo se diferenciam (SILVA, 2010). O currículo é sempre resultado de uma seleção de conhecimentos e saberes que vão construí-lo, que se transformam de acordo com as mudanças nas sociedades, que legitimam verdades, e as teorias vêm justificar aqueles conhecimentos e saberes que devem ou não ser selecionados, de acordo com seus padrões para a construção de “modelos” de ser humano; no âmbito da sexualidade, a heteronormatividade, entendida como sendo a heterossexualidade a única maneira “normal” (logo, aceita) de se vivenciar a sexualidade, compreendida como modelo que orienta as leituras do tema na educação, é sistematicamente desconsiderada, como sendo uma questão de identidade e poder. Como este modelo influencia a visão que construímos sobre o “outro”, ou seja, aquele

que não corresponde ao padrão de heteronormatividade? De que forma a escola age como difusora dessa visão sobre o “outro”? Qual o papel que a orientação sexual desempenha nas escolas na contemporaneidade? Estas são algumas questões que serão apresentadas no presente artigo.

As questões relativas ao sexo, gênero e sexualidade, apesar de estarem ligadas entre si, foram sistematicamente separadas e abordadas de maneira equivocada pelas teorias curriculares, tanto nas teorias tradicionais quanto nas críticas. No conjunto de teorias tradicionais enfatizou-se a abordagem de dois autores: o primeiro é John Franklin Bobbitt, que, em 1918, escreveu o livro *The Curriculum*, no qual propõe uma visão conservadora sobre o currículo, afirmando que a escola deveria funcionar como uma indústria ou fábrica; deveriam ser especificados precisamente quais resultados pretendia-se obter, que métodos seriam utilizados para tal fim, e qual forma de mensuração seria adotada na avaliação dos resultados, especificando claramente os objetivos do ensino escolar – resultados estes que deveriam estar voltados para a eficiência profissional na vida adulta. Com esta proposta, Bobbitt acreditava que se permitiria à educação tornar-se científica. Outro autor importante na construção das teorias tradicionais foi Ralph Tyler, que consolidou o modelo curricular de Bobbitt. Tyler centrava-se nos objetivos, resultados, métodos e na organização eficiente para alcançar tais resultados; entretanto, incluiu a abordagem da psicologia e enfatizou o papel das disciplinas acadêmicas (questões que não haviam sido contempladas por Bobbitt). Tyler também adotou uma visão comportamentalista e tecnicista na educação, que só foi contestada nos Estados Unidos a partir dos anos 70, pelo movimento de “reconceptualização do currículo”. Estas teorias sequer mencionam questões relativas à sexualidade e, desta maneira, acabam

perpetuando aspectos normativos referentes ao sexo e sexualidade nos discursos e nas práticas escolares.

Tal perspectiva seria predominante nas teorias educacionais até pelo menos a segunda metade do século XX. Durante a década de 60 ocorreram muitas manifestações sociais, políticas e culturais, entre elas a revolução sexual. Neste mesmo período foram publicados livros, ensaios e teorizações que se opunham à estrutura e ao pensamento educacional tradicionais. As *teorias Críticas* do currículo combatem as abordagens tradicionais considerando-as como mantenedoras do *status quo*, político e econômico, como referencial desejável. As *teorias críticas* do currículo compreendem que esta visão tecnicista da educação seja uma forma de preservar as desigualdades e injustiças sociais.

O livro *A ideologia e os aparelhos ideológicos do Estado*, publicado em 1970 por Louis Althusser, traçou uma importante correlação entre educação e ideologia, constituindo as bases para as teorizações críticas, que enfatizam uma análise marxista da sociedade. Para Althusser, a permanência da sociedade capitalista depende da reprodução de seus componentes econômicos e também ideológicos, e, nesse sentido, a escola constitui-se em aparelho ideológico central que atua ideologicamente através do currículo, conduzindo os estudantes à discriminação, subordinação, submissão e obediência daqueles que estão fora dos padrões de normatividade. Para este autor, o currículo contém mecanismos seletivos que só contribuem para a manutenção do *status quo* da sociedade. Contudo, apesar da relevância das questões levantadas pelas *Teorias Críticas*, as questões relativas às identidades e sexualidades continuaram a ser tratadas por meio de um determinismo dominante e um essencialismo biologizante, sendo a identidade

sexual definida como “homem/masculino/ativo contrastando com mulher/feminina/passiva” (FRY, 1986, p.45).

As perspectivas pós-críticas vieram como resposta a esta visão político-econômica das *teorias críticas*, considerando que essas inviabilizavam o aprofundamento das questões étnico-raciais e de gênero, as teorias pós-críticas adotam uma abordagem pluralista, que enfatiza os aspectos lingüísticos e discursivos a fim de aprofundar as questões referentes aos discursos dominantes como fatores históricos, além de enfatizar as relações de poder referentes às abordagens relativas ao sexo e à sexualidade. Percebendo-os não mais por suas bases político-econômicas ou por meio de visões positivistas ou cientificistas. Nesse conjunto de releituras e proposições, a teoria *queer* enquadra-se nas teorias pós-críticas, adotando a reflexão de que a sexualidade seja algo construído socialmente e que ganhou significados históricos a partir de discursos dominantes. Esta teoria vem radicalizar as questões de sexo, sexualidade e gênero nos currículos, demonstrando que a identidade sexual não é definida simplesmente por aspectos biológicos, mas também por construções sociais e culturais historicamente determinados. Atualmente as escolas adotam programas de orientação sexual voltados às questões biológicas do sexo, tais como doenças e prevenção da gravidez na adolescência.

Argumento aqui que este discurso acaba por reforçar a visão da heteronormatividade como aquilo que é aceitável e correto. Dessa forma, as questões relativas ao prazer sexual ou às diversas formas de se viver a sexualidade são sistematicamente ignoradas. A questão das identidades LGBTTT, lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis e transgêneros, é alvo de perversa exclusão nos debates escolares, considerando estas identidades como o “outro”, o “anormal”. Para Judith Butler as questões

relativas às identidades sexuais e de gênero não se reduzem aos processos discursivos ou às suas práticas, sendo as identidades sexuais e de gênero, mas não só elas, marcadas pela transterritorialidade, ou seja, a transitoriedade e mutabilidade das identidades sexuais e de gênero, pois têm um caráter “fragmentado, instável, histórico e plural” (LOURO, 2000, p.72). Ao contrário do que as tradicionais orientações sexuais abordam: “heterossexual tolerante versus homossexual tolerado” (BRITZMAN, 1996, p.87); ou seja, uma visão terapêutica das diferentes sexualidades, na pedagogia *queer* a heteronormatividade é enfaticamente criticada, mas, mais do que isso, a teoria *queer* vai além de uma reflexão sobre a sexualidade, centrando-se na análise e compreensão do conhecimento e das identidades sexuais, como forma de pensar o impensável, de quebrar paradigmas e tabus existentes na sociedade. A teoria *queer* expõe aquelas “feridas” que incomodam a sociedade.

A Escola, apesar de seu esforço para a melhoria das condições de debates referentes ao gênero, sexo e sexualidade (adotando práticas educativas referentes a esses temas), ainda é um centro segregador das identidades sexuais que fogem a heteronormatividade – principalmente a homossexualidade – agindo como ator na construção dos gêneros como biologicamente definidos, normatizando estes comportamentos e marginalizando identidades que fogem ao dito “normal”. Nesta visão, o “outro” continua sendo o “estranho”, mas com o diferencial de que agora é tolerado, já que se adota um discurso politicamente correto.

Enquanto a escola e os currículos mantiverem esta visão tradicional e conservadora sobre o sexo e a sexualidade, é impossível pensar em uma sociedade realmente plural e multicultural, percebida por suas diversidades e onde os estigmas sobre o sexo, o gênero e as sexualidades sejam efetivamente

discutidos e tratados com respeito, não com tolerância. As construções das visões sobre a sexualidade e os gêneros decorrem, partindo do pressuposto das escolas, de forma a enfatizar as características biológicas. Sendo assim, o discurso criador da verdade sobre a sexualidade e o sexo, nas escolas, através do currículo, propõe, de forma aparentemente sutil, a permanência do *status quo* e das relações de poder referentes a temas e conceitos relacionados à sexualidade, ao gênero, ao sexo, à identidade e à cultura.

A produção das diferenças referentes à sexualidade e ao gênero é ainda pouco abordada nas instituições escolares, as quais, na maioria das vezes, ainda adotam uma concepção binária nas relações de gênero. Faz-se necessária, então, uma análise mais precisa sobre as representações sociais referentes ao sexo, à sexualidade e ao gênero, com a finalidade de desconstruir o discurso baseado na naturalização do sexo, do gênero e da sexualidade, e da divisão secular da divisão de papéis determinados em aspectos biológicos e culturais.

As identidades sociais, de acordo com Guacira Lopes Louro (2000), são produtos sociais e históricos. Nesta perspectiva, os professores em geral (mas principalmente os professores de história) têm o dever de abordar a construção da heteronormatividade, possibilitando assim uma análise crítica por parte dos alunos sobre os discursos segregadores que normatizam e impõe saberes que instauram “verdades absolutas” sobre o sexo, a sexualidade e a construção social dos gêneros, que silenciam as diferentes formas de vivenciar o sexo e a sexualidade, e que definem as identidades de gênero como algo imutável e concreto.

Os discursos que visam a desnaturalização e a desconstrução das imagens estereotipadas do “outro” podem e devem ser transmitidos por professores, das mais variadas formas, em grupos de estudo, palestras, teatro

e cinema. Este último pode ser utilizado tanto na capacitação e formação de professores, para lidar com a construção das identidades de gênero, sexo e sexualidade, quanto para abordar esses temas em sala de aula. Um exemplo de filme que pode ser abordado em sala de aula pelos professores para tratar das questões referentes à sexualidade, sexo e gênero é o curta-metragem *Eu não quero voltar sozinho*, que expõe e enfatiza a homossexualidade focada na afetividade, e não no caráter biológico dos indivíduos, ressignificando assim os discursos dos professores e alunos sobre as diferentes formas de perceber a sexualidade.

Já para a preparação formativa de professores, sugiro o filme (também de curta-metragem) *Não gosto dos meninos*, que traz uma série de depoimentos de homossexuais e bissexuais sobre as experiências que tiveram e as dificuldades que encontraram para assumir uma identidade diferente da dita “normal” (ou seja, a heterossexualidade), inclusive na escola, que, como podemos perceber nos depoimentos, se omite de debates sobre tais questões. Outro filme que pode ser trabalhado com alunos, neste caso estudantes do ensino médio, é *Orações para Bobby*, que aborda as relações familiares com o filho homossexual, a influência da religião sobre a sexualidade e o suicídio de jovens homossexuais, mostrando assim toda a perversidade do discurso dominante vigente.

Neste artigo, foi abordado brevemente o papel da escola na segregação das identidades sexuais e de gênero através do discurso. Entretanto, ainda há muito a ser trabalhado, em especial ao papel da escola no processo de escolarização do corpo e da produção dicotômica da masculinidade e feminilidade e seus respectivos efeitos no disciplinamento dos corpos, nas maneiras de vivenciar a sexualidade e nas construções binárias biologizantes dos gêneros. A fim de se ter uma compreensão mais ampla sobre a produção

das diferenças na escola, sugiro o filme *O corpo conforme*, sobre a construção de gêneros e as respectivas experiências de transgêneros na sociedade brasileira.

Currículo: uma questão de sexo e sexualidade?

Abstract

This article aims to demonstrate how the curriculum has been used to regulate the behavior of individuals in various modifications of curricular bases. For this purpose, the book *Documents of Identity: An introduction to theories of curriculum*, by Tomaz Tadeu da Silva, and other authors, like Deborah Britzman, Judith Butler, Peter Fry, amongst others, will be used to identify how, in different historical contexts, the topics of sex and sexuality have been addressed in curricular proposals. From this analysis, I propose to devote more attention to the queer theory for questioning possible dialogues between education and sexuality in the contemporary society.

Keywords: Curriculum. Gender. Queer theory. Sex. Sexuality.

Referências

BRITZMAN, Deborah. O que é esta coisa chamada amor? Identidade homossexual, educação e currículo. *Educação & Realidade*, v. 21, n. 1. Porto Alegre, jan./jul, 1996.

SILVA, Tomaz Tadeu. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

SILVA JUNIOR, Paulo Melgaço; MOREIRA, Antônio Flávio. Periferias, sexualidade e educação para a sexualidade: desafios para as práticas curriculares. In: SOBREIRA, H. G. (Org.). *Educação, cultura e comunicação nas periferias urbanas*. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2010.

FOUCAULT, M. *A ordem do Discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FRY, Peter; MACRAE, Edward. *O Que é Homossexualidade*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1986.

LOURO, Guacira Lopes (Org.). *O Corpo Educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

SWAIN, Tânia Navarro. *O que é Lesbianismo*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 2000.